

A RETOMADA DO NÍVEL DE ATIVIDADE INDUSTRIAL: AJUSTE SAZONAL OU REAQUECIMENTO?*

Silvia Horst Campos**

A discussão sobre a natureza da queda significativa nos níveis de atividade industrial e comercial que, a partir de março do ano em curso, gerou a controvérsia "recessão *versus* desaceleração", tema principal da análise conjuntural da indústria do número anterior desta revista¹, perdeu fôlego ao longo do último trimestre do ano, em razão dos resultados positivos detectados no nível de atividade. Com efeito, tanto indicadores do IBGE como da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e de federações do comércio apontam crescimento no mês de outubro em comparação com setembro, bem como uma provável continuidade dessa trajetória até o final do ano.

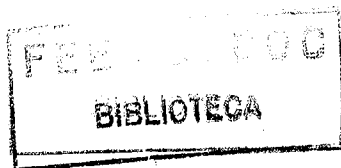
As previsões quanto ao crescimento da indústria brasileira em 1995 efetuadas pelas diversas instituições são, entretanto, moderadas. As últimas projeções indicam taxas entre 2% e 3%, marcas significativamente inferiores

* Este texto foi elaborado com informações disponíveis até 08.12.95 e contou com a colaboração da estagiária Vânia Alberton.

** Economista, Técnica da FEE e Professora da PUC-RS.

A autora agradece aos colegas André Luís Forti Scherer, Denise Barbosa Gros e Maria Cristina Passos pela leitura e observações à versão preliminar do texto.

¹ A análise da polêmica engendrada em torno da questão "recessão *versus* desaceleração", para explicar a natureza da queda da atividade industrial brasileira em 1995, bem como as suas implicações sobre a questão do emprego industrial, foi desenvolvida por André Luís Forti Scherer na análise conjuntural da indústria da revista **Indicadores Econômicos FEE** (1995).



aos 10% estimados no início do ano. Além disso, a interpretação dominante é a de que a recuperação da atividade industrial, que se faz presente no quarto trimestre de 1995, não representa ainda uma tendência sustentável.

É claro que a redução da inadimplência dos consumidores e das empresas², as recentes medidas de afrouxamento do crédito³, a necessidade de reposição dos estoques vendidos ao comércio por conta do tradicional aquecimento de fim de ano, a manutenção de baixas taxas de inflação, dentre outros, são fatores que conduzem a uma recuperação da atividade industrial, mas que não garantem as condições para um crescimento sustentável. Estas, segundo opinião compartilhada por vários economistas, dentro e fora do Governo, serão conseguidas com reformas estruturais que permitam alterar a atual política cambial e de juros e que não comprometam a trajetória de estabilização, propiciando o estabelecimento de um cenário favorável ao planejamento e à efetivação de investimentos.

O que permanece em cena, entretanto, é a questão do emprego no setor industrial e sua correspondência com o comportamento da produção industrial, que será examinada mais detalhadamente.

1 - Evidências sobre o comportamento do nível de emprego

As altas taxas de desemprego ocorridas desde maio transformaram-se no ponto focal da polêmica acerca da natureza da queda da atividade na economia brasileira, na segunda fase do Plano Real implantado em 1994. A dimensão conjuntural da diminuição do nível de emprego apresentava-se dominante para os defensores da tese da recessão, enquanto a dimensão estrutural estava mais presente entre os argumentos a favor da tese da desaceleração (SCHERER, 1995).

² O período jan.-nov./95 quando comparado com igual período de 1994 se notabilizou por um acréscimo substancial do número de concordatas e de falências requeridas em São Paulo: 235% de concordatas e 129% de falências. O pico desses pedidos ocorreu em maio, passando a apresentar declínio desde então, principalmente no decorrer do quarto trimestre.

³ O detalhamento do pacote de medidas visando aliviar as restrições do crédito ao consumo e suas repercussões encontram-se na análise da política monetária e setor financeiro, neste número de **Indicadores Econômicos FEE**.

Nesse contexto, o ajuste "conjuntural" estaria mais vinculado à perda de dinamismo do mercado interno decorrente das medidas restritivas adotadas pelo Governo a partir de março, as quais repercutiram negativamente sobre a demanda agregada. A redução acentuada nos níveis de produção industrial teria sido acompanhada por grandes perdas de postos de trabalho, passíveis de recuperação mediante o reaquecimento da atividade econômica.

Por sua vez, o ajuste "estrutural" seria decorrente da modernização tecnológica em curso nas empresas, intensificada pela rapidez das transformações impostas ao parque industrial brasileiro pela maior exposição à competição externa.⁴ Nesse caso, o desaquecimento da produção industrial teria induzido a aceleração da modernização das empresas mediante a intensificação da racionalização produtiva e a utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, de modo que a retomada da atividade da economia não implica a recuperação proporcional dos postos de trabalho perdidos.

O que parece estar ocorrendo com o emprego industrial brasileiro, entretanto, é uma conjunção desses dois fatores. A modernização tecnológica das empresas já vem acontecendo há algum tempo, com nítidos reflexos sobre o nível de emprego. O número de empregos formais na indústria diminuiu 15,6% entre 1989 e 1994, segundo dados do MTb/RAIS. Isto, num período em que a atividade industrial cresceu 10%, indicando claramente que uma melhora no desempenho setorial não implica, necessariamente, igual movimento no nível de ocupação. Deve-se ainda notar que a sua redução foi maior nos gêneros industriais mais modernos, submetidos a um processo de reestruturação mais intenso, tais como metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte, onde ultrapassou os 20% (RODRIGUES, 1995).

Parece legítimo, assim, argumentar que o processo de racionalização produtiva e renovação tecnológica das empresas observado em 1994-95, em

⁴ Essa questão insere-se em outra, mais ampla e irreversível, que é a do processo de reestruturação por que passa o setor industrial brasileiro em consonância com o que ocorre em nível internacional. A reorganização dos processos de produção, com base nas novas técnicas de gerenciamento, e a intensificação da automação industrial têm efeitos negativos no que se refere à absorção de mão-de-obra na indústria. A tendência é de eliminação progressiva de postos de trabalho existentes e criação de outros, em menor número, exigindo um novo perfil do trabalhador, mais qualificado e polivalente, com capacidade de participar mais diretamente do processo produtivo.

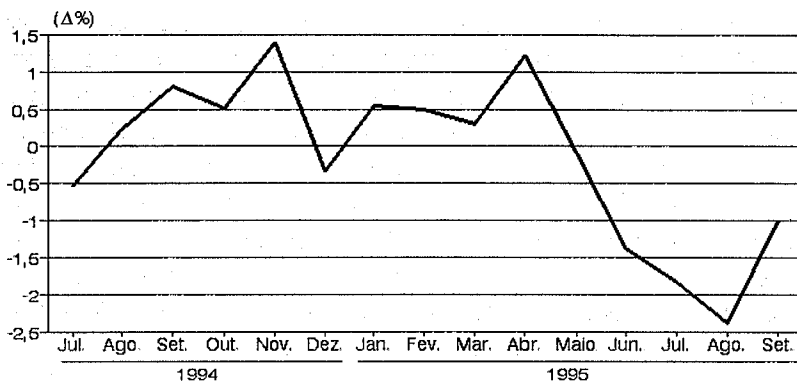
decorrência da ampla exposição à competição externa (abertura econômica e sobrevalorização cambial do Plano Real), não explica por si só a menor capacidade de geração de novos postos de trabalho no setor industrial.

Na fase de forte crescimento da produção industrial, notadamente entre julho de 1994 a abril de 1995, o aumento do nível de emprego foi bastante modesto, apresentando oscilações significativas mesmo quando a produção seguia crescendo. Já na fase de queda, parece existir uma maior sincronia de movimentos, com o emprego movendo-se na mesma direção e com níveis de intensidade semelhantes, o que pode vir a corroborar a explicação conjuntural do aumento do desemprego. Parece sintomático o fato de que o início do movimento de redução no nível de emprego coincida com o começo do recuo da produção fabril, concomitância esta que também pode ser observada com base nos indicadores calculados pela FIESP para a indústria paulista. É inegável, entretanto, que o seu desempenho negativo também reflete um fator estrutural. Conforme Dedecca (1995, p.3):

"A discrepância entre a evolução da produção e do emprego industriais (...), depois de 1993, indica claramente que uma melhora do desempenho setorial não arrasta consigo o seu nível de ocupação. Ao contrário, a recuperação tem garantido, no máximo, a sua preservação, que é colocada em xeque nos momentos de desaceleração da atividade, como nos meses de julho a outubro deste ano".

O movimento de recuperação nos postos de trabalho detectado a partir de maio acentuou-se no terceiro trimestre. Particularmente os resultados de setembro geraram apreensão nos meios empresariais e sindicais, visto ser este um mês em que tradicionalmente o emprego aumenta expressivamente, em razão de contratações na indústria e no comércio para o final do ano. E, neste ano, embora tenha havido um movimento ascendente, conforme pode ser observado no Gráfico 1, a taxa continuou sendo negativa.

Por sua vez, a recuperação prevista para outubro não se concretizou conforme o esperado. As contratações são, em sua maioria, de trabalhadores temporários, conforme pesquisa efetuada pelo SEADE/DIEESE (FLORENCE, 1995), e os indicadores levantados pela CNI e pela FIESP continuaram apontando aumento do desemprego. Além disso, informações recentes sobre a indústria paulista dão conta que novembro trará novo aumento de demissões, com a taxa acumulada no ano até esse mês (-6,15%) representando o corte de 142.953 postos de trabalho (CÉZARI, 1995).

Gráfico 1**Variação mensal do emprego na indústria de transformação no Brasil — jul./94-set./95**

FONTE: IBGE/DPE/Departamento de Indústria.

NOTA: Base: mês anterior.

Em suma, a questão do desemprego industrial deverá ser um problema dentro da economia brasileira por vários anos, não havendo consenso entre empresários e economistas sobre as melhores alternativas para ampliar o mercado de trabalho. A curto prazo, o problema poderá ser amenizado pela retomada do investimento público e do privado. Já uma solução mais duradoura depende de uma verdadeira política de emprego, que envolva sociedade, Estado e empresários.

2 - A modesta retomada do nível de atividade industrial no Brasil

O nível da atividade industrial brasileira começou a apresentar sinais de recuperação a partir de setembro deste ano, encerrando mais uma fase de declínio no ritmo da atividade manufatureira, embora nem todos os indicadores apresentem resultados positivos já nesse mês.

De fato, conforme se observa na Tabela 1, enquanto os índices de produção física do IBGE já apontam uma taxa de crescimento positiva da indústria em setembro frente ao mês anterior, os indicadores divulgados pela CNI e pela FIESP ainda são negativos em todos os itens pesquisados.

Deve-se salientar, contudo, que esse resultado negativo em setembro foi considerado atípico pelos técnicos das referidas instituições, uma vez que, nesse mês, tradicionalmente começam as encomendas de final de ano. Além disso, também era esperada uma recuperação das vendas por conta da flexibilização do crédito e da redução dos juros a partir de agosto. A maior influência negativa pode ter sido o desempenho da indústria automobilística, de grande importância no parque industrial do País, que apresentou forte redução na produção (-16,5%) e nas vendas (-12,5%), em setembro em relação a agosto.

Tabela 1

Variação percentual dos indicadores de atividade industrial no Brasil - 1995

a) indicadores conjunturais de produção física da indústria-IBGE

CATEGORIAS DE USO	(%)		
	SET./95 AGO./95(1)	SET./95 SET./94	JAN-SET./95 JAN-SET./94
Bens de capital	-2,28	-20,94	10,47
Bens intermediários	1,72	-6,06	2,55
Bens de consumo	0,86	-2,11	7,15
Duráveis	-4,05	4,35	14,55
Semiduráveis e não duráveis	2,46	-3,64	5,29
Indústria geral	1,76	-6,69	4,58

b) indicadores industriais-CNI

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	(%)			
	SET./95 AGO./95	OUT./95 SET./95	OUT./95 OUT./94	JAN-OUT./95 JAN-OUT./94
Valor das vendas reais(2)	-4,91	4,04	4,02	13,28
Pessoal empregado total..	-1,02	-0,77	-4,77	-0,02
Salários líquidos pagos (massa salário real) (3)	-2,77	1,82	5,35	12,02

Tabela 1

Variação percentual dos indicadores de atividade industrial no Brasil - 1995

c) indicadores de nível de atividade-FIESP

INDÚSTRIA PAULISTA	(%)			
	<u>SET./95</u> AGO./95 (1)	<u>OUT./95</u> SET./95	<u>OUT./95</u> OUT./94	<u>JAN-OUT./95</u> JAN-OUT./94
Total das vendas reais(2) ..	-4,4	1,1	-5,9	19,2
Total do pessoal ocupado ...	-1,1	-1,0	-4,8	-0,4
Total dos salários reais (4)	-4,2	1,0	2,1	9,5
Nível de utilização da capacidade instalada	-2,2	2,5	-2,6	2,9
Indicador do nível de atividades (INA)	-5,1	4,3	-6,8	7,2

FONTE: IBGE/DPE/Departamento de Indústria.
CNI.
FIESP.

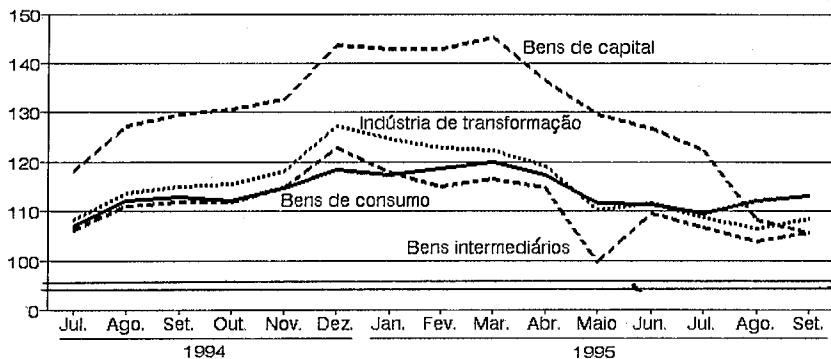
(1) Com ajuste sazonal. (2) Deflator: IPA/OG-FGV. (3) Deflator: INPC/Brasil e Região Metropolitana-IBGE. (4) Deflator: ICV-FIPE.

Entre os fatores que contribuíram para a reversão da tendência de queda da atividade industrial em outubro, segundo a FIESP, sobressaem a utilização de recursos externos para financiamento dos consumidores com juros mais favoráveis, a redução da inadimplência do consumidor e o esgotamento do processo de "desova" de estoques acumulados (ATIVIDADE..., 1995). A passagem de setembro para outubro foi positiva em todos os casos, com exceção do indicador de pessoal ocupado, que, conforme já foi examinado anteriormente neste texto, ainda não atingiu seu ponto de reversão. Tal como vem acontecendo ao longo do ano de 1995, os resultados acumulados continuam positivos, principalmente no que se refere às vendas reais.

Os índices de produção física da indústria brasileira relativos ao mês de setembro, calculados pelo IBGE, permitem uma melhor compreensão dos movimentos diferenciados no interior do setor industrial. Enquanto as categorias bens de capital e bens de consumo duráveis persistem na sua trajetória declinante, as demais já apresentam resultados positivos, inclusive a indústria como um todo, conforme pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2

Índices dessazonalizados da produção industrial, por categorias de uso, no Brasil — jul./94-set./95



FONTE: IBGE/DPE/ Departamento de Indústria.

NOTA: Base: média de 1991 = 100.

Especificamente no caso de bens de capital, as taxas negativas vêm se sucedendo desde dezembro de 1994, com exceção do mês de março de 1995, primeiro, devido à diminuição das encomendas das indústrias em razão da concorrência de máquinas importadas e da inadimplência das indústrias compradoras, depois, em razão da contração observada no segmento produtor de máquinas e implementos agrícolas, resultado das dificuldades financeiras que atingiram o setor. Vale ressaltar, então, que é a produção de bens de capital seriados para fins industriais que ainda sustenta crescimento significativo no acumulado janeiro-setembro (26,5%), mantendo positivas as taxas acumuladas da categoria como um todo.

A utilização média da capacidade instalada no setor produtor de bens de capital medida pela Fundação Getúlio Vargas corrobora a trajetória declinante da produção desses bens. Passa de uma utilização média de 79% no primeiro trimestre de 1995 para 69% no terceiro (INDÚSTRIA..., 1995).

Com relação a bens duráveis de consumo, observa-se novamente uma taxa negativa na comparação com o mês anterior, reflexo do comportamento

da indústria automobilística e da indústria eletroeletrônica. Ambas diminuíram a sua produção em setembro, afetando o desempenho da categoria. Não obstante, o comparativo com o ano anterior continua indicando taxas positivas.

Os bens intermediários, por sua vez, apresentaram crescimento em relação ao mês anterior, mas o comparativo com o mesmo mês de 1994 reflete a redução da produção metalúrgica (-11,7%), em especial fundidos e forjados de aço, e têxtil (-24,6%), principalmente beneficiamento, fiação e tecelagem de fibras naturais. No acumulado jan.-set./95 em relação ao mesmo período do ano passado, os bens intermediários registraram taxas de crescimento positivas em todos os seus segmentos, com exceção de combustíveis e lubrificantes elaborados.

Pelo segundo mês consecutivo, a categoria bens semiduráveis e não duráveis de consumo experimentou variação positiva, considerando-se a série com ajustamento sazonal. Na comparação com o mesmo mês de 1994, entretanto, a taxa de -3,64% refletiu a redução verificada na indústria de calçados (-28,0%). Merece destaque o bom desempenho obtido pela indústria alimentícia ao longo do ano, a qual vem ajudando a garantir taxas mais favoráveis para a categoria como um todo. Segundo pesquisa realizada pela Associação Brasileira das Indústrias Alimentícias, a produção dessa indústria cresceu 5,5% no acumulado janeiro-outubro, o maior crescimento no nível de atividade das fábricas desde 1988. Todos os indicadores pesquisados — faturamento, nível de emprego, nível de utilização da capacidade instalada — apresentaram taxas positivas de crescimento.

Em termos de trajetória da curva de produção industrial no quarto trimestre, resultados recentemente divulgados dão conta da continuidade do crescimento da mesma no mês de outubro, sendo razoável supor que o sinal positivo, embora modesto, se mantenha. O bom desempenho das vendas dos setores eletroeletrônico, automobilístico, supermercados, dentre outros, deverá contribuir positivamente para a taxa de crescimento da indústria como um todo. Na comparação com o mesmo trimestre de 1994, entretanto, os resultados deverão continuar predominantemente negativos.

3 - Os números desfavoráveis da produção industrial gaúcha

Apesar da forte tendência à retração experimentada pela economia gaúcha nos últimos meses, mais uma vez o sazonal aumento do nível de atividade característico do último trimestre do ano se fez presente. Conforme

pode ser constatado na Tabela 2, o Índice de Desempenho Industrial (IDI) calculado pela FIERGS apresentou variações percentuais positivas em todas as modalidades de cálculo, com exceção da comparação com o mesmo mês do ano passado, fato que causa alguma apreensão. Segundo os técnicos da FIERGS, esse resultado, no caso do IDI, representa "um evidente empobrecimento do setor industrial" (Súmula Econ., 1995, p.19).

Tabela 2

Índice de Desempenho Industrial (IDI-FIERGS) e Índice de Produção Física Regional (IPFR-IBGE) no RS - jan.-out./95

PERÍODOS	IDI-FIERGS		IPFR-IBGE	
	Mensal	Mesmo Mês Ano Anterior	Mensal (1)	Mesmo Mês Ano Anterior
Jan.	-4,48	14,27	-4,98	18,45
Fev.	-4,51	16,19	-7,51	16,67
Mar.	14,23	16,07	28,18	11,65
Abr.	-8,64	9,70	-11,27	4,02
Maió	8,16	11,14	-5,65	-11,45
Jun.	-4,74	4,97	3,77	-5,21
Jul.	-3,79	7,71	-12,36	-9,32
Ago.	2,42	0,40	-3,82	-16,38
Set.	-5,49	-7,60	-6,19	-25,88
Out.	5,14	-2,77

FONTE: FIERGS.

IBGE/DPE/Departamento de Indústria.

(1) Série com ajuste sazonal.

Por sua vez, o índice de produção física regional calculado pelo IBGE aponta resultados ainda muito piores para a indústria gaúcha. O desempenho do mês de setembro, com uma variação de -6,19% em relação ao mês anterior e de -25,88% na comparação com o mesmo mês em 1994, dá continuidade a uma seqüência de recuos iniciada em maio do presente ano, evidenciando a

existência de alguns problemas localizados no âmbito dos segmentos industriais no Rio Grande do Sul. Além disso, representou, em setembro, o pior resultado dentre todos os locais pesquisados no Brasil pelo IBGE.

Os números desfavoráveis da produção industrial gaúcha refletem claramente a sua dependência da agricultura e do setor exportador, este, por sua vez, de caráter predominantemente agroindustrial.

O ano de 1995 foi particularmente inibidor de investimentos na agricultura, com efeitos diretos sobre a produção de máquinas e implementos agrícolas⁵. Até março, os negócios andaram impulsionados pela maré favorável de 1994, mas, posteriormente, foram sentidos os efeitos da queda nos preços dos produtos agrícolas, do endividamento dos produtores e das restrições ao crédito.

Os fabricantes desses bens de capital enfrentaram quedas da ordem de 70% dos pedidos em relação a 1994, ano em que fizeram grandes investimentos em ampliação de capacidade e implantaram programas de qualidade e normas ISO 9000. Jalmar José Martel, Diretor do Sindicato da Indústria de Máquinas Agrícolas do RS, informa a demissão de 15 mil pessoas (cerca de 40% do efetivo empregado no início do ano) e a ocorrência de 20 pedidos de concordata e 10 falências até setembro (MARTEL, 1995).

Em termos de índices de produção industrial por gêneros, a Tabela 3 mostra o indicador acumulado no ano e a contribuição de cada um dos gêneros para a obtenção da taxa de crescimento de -3,01% da indústria como um todo.

Dois tipos de constatação emergem da análise dos dados da Tabela 3. A primeira refere-se à contribuição relativamente concentrada dos gêneros na composição da taxa global. Depois de mecânica, que contribui com uma taxa negativa (-5,35%) por motivos acima explorados, material de transporte, química, produtos alimentares e vestuário, calçados e artefatos de tecido participam com percentuais em torno da unidade, positiva ou negativamente. No caso específico deste último gênero, destaca-se a indústria calçadista, que parece estar se acomodando em um novo patamar de produção, inferior ao anterior, em decorrência das importações de baixo custo que abalaram o mercado de calçados populares.

⁵ O Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional de tratores e colhedoras, sendo, portanto, o maior prejudicado por essa situação.

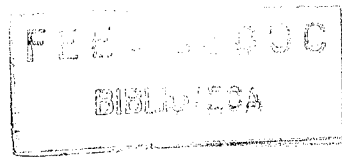


Tabela 3

Composição do crescimento do indicador acumulado, segundo os gêneros industriais, no Rio Grande do Sul - jan.-set./95

GÊNEROS	ÍNDICES	COMPOSIÇÃO DA TAXA (%)
Extrativa mineral	99,70	0,00
Minerais não-metálicos	87,40	-0,20
Metalúrgica	97,50	-0,19
Mecânica	71,20	-5,35
Material elétrico e de comunicações	123,60	0,84
Material de transporte	124,00	1,02
Madeira	86,60	-0,19
Mobiliário	132,20	0,88
Papel e papelão	102,10	0,04
Borracha	113,30	0,24
Couros e peles	83,20	-0,39
Química	106,10	0,99
Perfumaria, sabões e velas	90,90	-0,03
Produtos de matérias plásticas	103,80	0,04
Têxtil	93,20	-0,16
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	90,60	-1,02
Produtos alimentares	107,10	1,09
Bebidas	103,30	0,08
Fumo	86,00	-0,71
Indústria geral	96,99	-3,01

FONTE: IBGE/DPE/Departamento de Indústria.

A segunda constatação diz respeito ao fato de que apenas 50% dos gêneros ainda mantêm resultados positivos no acumulado do ano em comparação com igual período de 1994. Tal comportamento diferencia-se da trajetória a nível nacional, em que ocorrem taxas positivas em 80% dos gêneros pesquisados. Infere-se dessa constatação e, também, da tendência declinante dos demais indicadores calculados que o desempenho recente da indústria gaúcha tem sido menos favorável que o da indústria nacional.

Em suma, parece evidente que tanto a indústria gaúcha como a brasileira ainda apresentam tendência de retração e que o aumento sazonal do nível de atividade no último trimestre do ano, dado o atual contexto macroeconômico, não deverá representar um crescimento sustentado.

Bibliografia

- ATIVIDADE industrial cresce 4,3% em SP (1995). **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-3, 1 dez.
- BOLETIM DE CONJUNTURA (1995). Rio de Janeiro: UFRJ/IEI, v.15, n.2, out.
- CÉZARI, Marcos (1995). Indústria aumenta o ritmo de demissões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.2-9, 5 dez.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori (1995). Ajuste estrutural e emprego. **Indicadores IESP**, São Paulo:FUNDAP/IESP, n.45, p.3-4, out.
- FLORENCE, Ana (1995). Cresce ocupação em outubro. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-6, 21 nov.
- INDICADORES IBGE: Brasil - emprego, salário e valor da produção (1995). Rio de Janeiro, set.
- INDICADORES IBGE: Brasil - produção física (1995). Rio de Janeiro, set.
- INDICADORES IBGE: Regional - produção física (1995). Rio de Janeiro, set.
- INDUSTRIA sofre queda histórica de produção (1995). **Diário Comércio & Indústria**, São Paulo, p.6, 10 nov.
- MARTEL, Jalmir José (1995). Nova realidade nas máquinas agrícolas. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.4, 31 out.
- RODRIGUES, Maria Cecília P. (1995). A qualificação do emprego formal na década de 90. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, v.49, n.5, p.44-48, maio.
- SCHERER, André Luís F. (1995). A queda no nível da atividade industrial: recessão ou desaquecimento? **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.23, n.3. (No prelo)
- SUMULA ECONÔMICA (1995). Porto Alegre: FIERGS, nov.
- VENDAS têm aumento de 4.04% (1995). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-4, 8, 9, 10 dez.